



Adriano Moreira

CPLP • Uma Janela de Liberdade

37

A mudança de Conceito Estratégico de Portugal, em 1974, implicou a adesão à União Europeia, uma escolha sem alternativa. Desde então, os antigos conceitos de fronteira, de cidadania, de soberania, de cosmopolitismo, mudaram de definição, ao ritmo da passagem, em cascata, dos problemas de jurisdição interna para a categoria de internacionalmente relevantes, e estes para internacionais. A União Europeia representa o ponto ómega do processo, ao mesmo tempo que ela própria vai ficando dependente de matérias primas, de energias não renováveis, de reserva estratégica alimentar. A adaptação ao globalismo deixa a cada Estado membro uma margem de autonomia e liberdade, que para Portugal está sobretudo no Mar, e na CPLP.

Depois da turbulência armada que caracterizou o fim do Império Euromundista, o qual implicou um esforço militar, com os custos inevitáveis, repartidos estes sobretudo pelas soberanias atlânticas, e que Portugal partilhou, a transição para o III Milénio como que apela a uma reorganização das memórias face aos graves desafios que definem a moldura do globalismo.

Todos os olhares convocados para uma definição de futuro ameaçado pelos efeitos colaterais, e não previstos, de uma mundialização sem governança das dependências e interdependências criadas pelas intervenções políticas, científicas, técnicas, económicas, que pareceram orientadas por uma suposta cumplicidade de um universo atento à reparação e protecção dos excessos humanos.

Tendo adquirido a capacidade de destruir a terra, e com ela a Humanidade, e feito um esforço de contenção até ago-

ra recompensado depois do primeiro exercício em Hiroshima e Nagasaki, a rede das soberanias e outros poderes políticos encontra-se desafiada pelos efeitos daquilo que Thierry de Montbrial chamou a “mutação lenta”, acrescentando que “os cidadãos, pelo menos os que não foram informados, têm por vezes o sentimento de que não há piloto no avião”. Cresce o sentimento de que a invenção de uma governança de resposta ao caos é urgente, não apenas pelo aviso da história natural com as alarmantes transições climáticas e esgotamento de recursos, mas também pela total desactualização das instituições internacionais que, pela maior parte, datam do século XX sem adaptação. Por outro lado, sem que as invenções pelas margens da legalidade internacional, como o G-8 de Giscard d’Estaing, agora evolucionado para G-20, ou talvez G-2 (EUA + China) mais G-18, ou o Movimento Social Mundial de resposta e contestação, amenizem a perda de credibilidade que rodeia estadistas intervenientes.

A economia mundial exhibe uma severa crise, à qual a terapia semântica do ajustamento cíclico procura atenuar a gravidade, a crise alimentar dinamiza o descontrolo das migrações sem atenuar as catástrofes de muitas comunidades, o desastre do sistema financeiro mundial, que se libertou das soberanias, consumiu poupanças, projectos de vida, e capitais de esperança, ao mesmo tempo que as metamorfoses da guerra tornam inseguras todas as políticas de manutenção da paz e da estabilização.

Neste quadro, a União Europeia enfrenta a carência de matérias-primas, de energias não-renováveis, de mão-de-obra, de reserva estratégica alimentar, alarga-se sem projecto prévio de governabilidade, encara a defesa e segurança sem conceito fundamentado de fronteiras amigas.

Alguns dos efeitos institucionais e culturais não programadas implicam a urgência de reformular a governação, agora referida ao Tratado de Lisboa de 2007, obrigado a meditar sobre a diversidade cultural que distingue os Estados da Europa ocidental daqueles que aderiram depois da queda do Muro em 1989, e que precisam de compreender, aceitar e assimilar, a nova cultura democrática que os convocou.

Um dos riscos para o projecto dos fundadores da União é que o espírito inicial, que tem a referência em Jean Monnet, seja atingido pelo regresso ao critério da primazia dos interesses nacionais, apoiados numa assumida hierarquia de poderes políticos, de que a Europa guarda cicatrizes profundas, e que algumas iniciativas presentes, no quadro da crise em progresso, e limitadas a alguns dos Estados membros mais poderosos, levam a recordar.

Neste quadro de dificuldades, incertezas, ameaças, e passivos distribuídos aleatoriamente pelo tecido das dependências, o dever de serviço aos interesses comuns da Humanidade é pregado pelos que, como o notável Hans Küng, e instituições como a UNESCO, clamam por um regresso aos valores, e pela adopção de um projecto de ética mundial.

De facto, tal como se passava nas batalhas em risco, trata-se de gritar aos envolvidos — regressar à Bandeira, sendo que a identificação da bandeira parece ter dificuldades para muitos dos desorientados.

É neste quadro, em relação ao qual apenas uma atitude de firme decisão com bandeira é amenizante, que uma meditação sobre a CPLP, que anime as estratégias, se processa.

Voltando à questão da bandeira, temos de assumir que está definida, conhecemos as cores, e lemos a mensagem sem equívocos. Não é sem importância e relevo o facto de a língua aparecer na identificação, porque a língua é central, transporta valores, é a linha forte do tecido cultural envolvente das diversidades.

Temos por evidente que deve ser assumida segundo o conceito de que — a língua não é nossa, também é nossa, acolhendo as diferenças que nesta data orientam a Academia Galega de Língua Portuguesa no sentido de aderir aos tratados em vigor. E cuja execução ganharia em ser mais acompanhada pela meditação sobre a relação da língua com os interesses diversificados dos lugares e povos onde é praticada, do que por questões ou de proeminência, ou editoriais, ou empresariais, que certamente também importam.

Foi a questão dos valores que a língua transporta, e que definiu uma matriz de referência comum para a avaliação das realidades locais e globais desafiantes, que orientou o pensamento dos que não rejeitaram a pregação do Padre António Vieira, nem as reflexões de Cortesão, nem a continuidade assumida por Agostinho da Silva, nem a fé e pertinácia com que o Embaixador Aparecido



de Oliveira conseguiu finalmente organizar a CPLP, para logo politicamente ser remetido à dispensa e ao esquecimento.

Neste mundo de múltiplas vozes, a importância de tantos Estados usarem a mesma língua, e os valores comuns que transporta, tem um relevo inegável nas instâncias internacionais, designadamente na ONU, tendo válido fundamento a decisão de lutar para que seja uma das línguas oficiais, objectivo talvez ali com maior probabilidade de êxito até do que na União Europeia.

Por outro lado, salvo na Guiné, tão em risco de inviabilidade, e em Timor obrigado a dormir com o inimigo, à pacificação interna, e à defesa da identidade pela implantação da língua portuguesa, a paz reina nos territórios que assumiram um lugar separado e independente no concerto das Nações, depois da Revolução portuguesa de 1974.

Não se trata apenas da paz das armas, também se trata da pacificação das memórias, devendo salientar-se que um dos instrumentos mais felizes da cooperação portuguesa com as antigas colónias são as Forças Armadas: o Quinto Império, na sua definição cultural e viável, ficou salvaguardado para além dos conflitos políticos e militares da separação.

Nas nossas escolas militares encontram-se a cursar alguns dos mais promissores líderes das forças desses novos Estados, um facto que se espera fortalecer com a rede das Universidades de Língua Portuguesa, fazendo circular estudantes, investigadores, professores e saberes. Uma atitude participada na definição da resposta a dar aos desafios da mundialização, às ameaças da crise, e às urgências da segurança e defesa globais, ganha consistência com esta prática orientada por uma ética de paz e desenvolvimento sustentado.

Pelo que toca a Portugal, sede histórica da origem de toda

esta realidade em progresso, os factos exigem uma cívica meditação sobre a relação com a União Europeia, que foi uma escolha sem alternativa, e a CPLP realidade do sobrevivente 5.º Império. Não podem ignorar-se as dificuldades de crescimento que a União Europeia enfrenta, nem que é por um lado a definição actualizada da soberania que está em causa, e por outro que é a hierarquia das capacidades dos Estados, para sustentarem essa definição, que exige avaliação.

De qualquer modo, as redefinições de ambas as coisas, pelo inquieto processo em curso, reserva a cada Estado membro uma janela de liberdade, que cada um desenvolve em relação aos povos e territórios onde foi responsável pela colonização: de exemplo, a Inglaterra tem na Comunidade Britânica um forte motivo para as reticências europeístas, a França consegue exercer uma *gendarmérie* de que ninguém lhe pede explicações.

Portugal, que sempre precisou de um apoio externo que agora está na União, também sempre necessitou de procurar longe os recursos, de colheita escassa no território matricial. Recordemos que, depois da independência do Brasil, a diáspora fortaleceu-se em direcção aquele novo Império, e durante talvez um século foram as remessas da chamada colónia portuguesa que equilibraram a nossa balança de pagamentos, altamente deficitária.

Na circunstância de hoje, o Brasil é a potência dominante no espaço da CPLP, a sua presença no Conselho de Segurança é exigível, para ali correm agora investimentos portugueses, mas a África cresce como a janela da liberdade portuguesa,

liberdade que deve preparar-se para enfrentar competições poderosas. Desejo em todo o caso recordar que o único santo laico da política que está vivo, Mandela, aceitou ser membro da nossa Academia das Ciências de Lisboa, testemunhado perante o mundo o respeito pela cultura portuguesa, para além do passivo da história colonial europeia, e este crédito anima a segurança do investimento a fazer naquele continente.

De todos os territórios, é nesta data Angola que se destaca, como mercado, como investidor, e como destino da emigração de gente capacitada pelo saber e pelo saber fazer, como que invertendo o significado que demos ao conceito de retornados. A recente visita do Presidente de Angola José Eduardo dos Santos tornou evidente que a realidade está assumida, que o desafio do futuro tranquiliza as memórias conflituosas do passado, e que a capacidade dos estadistas vai medir-se também pela prudência necessária para lidar com os ideologismos.

Mas, prudente, e relacionada com a temática de segurança e defesa, avulta a questão que sobretudo reclama o nosso empenho e decisão, a responsabilidade da CPLP para o Atlântico Sul.

Não deve descurar-se o tema da preservação dos recursos vivos do Atlântico, que distribui a responsabilidade pelas várias soberanias que partilham as zonas económicas exclusivas, e que devem abrir-se às cooperações para regular a busca de recursos e a distribuição de encargos. Mas trata-se também da segurança e defesa, que, no fim da guerra de 1939-1945, apenas despertou vontades e propostas para o Atlântico Norte pela definição então evidente da conjuntura, que se manteve desafiante por meio século.

ESCOLHA O SEU DESTINO

www.ana.pt



São simples os passos para decidir onde vai ser a sua próxima viagem.

É só entrar em www.ana.pt, clicar em "Escolha o seu Destino". Depois, é só navegar no mapa e programar os melhores itinerários, com as suas companhias aéreas favoritas.

E para que tenha sempre os horários dos voos do seu aeroporto consigo, pode também efectuar downloads.



Aerodromo Nacional de Lisboa
Aerodromo de Faro
Aerodromo de Beja
Aerodromo de Évora
Aerodromo de Lagos
Aerodromo de Matosinhos
Aerodromo de Ovar
Aerodromo de Ponta Delgada
Aerodromo de Ponta da Madeira
Aerodromo de Ponta da Moura
Aerodromo de Ponta da Moura
Aerodromo de Ponta da Moura

Damos vida aos aeroportos.

Mas o globalismo foi acompanhado pela multiplicação das soberanias no Atlântico Sul, ali circulam diariamente recursos sem os quais não funcionaria a economia real dos ocidentais do norte, também nas suas margens estão países cuja estrutura interna é ameaçada por uma criminalidade sem precedente, como no México e na Colômbia, a pirataria voltou a recordar a leitura do poema de Espronceda, as migrações descontroladas afectam os países de destino.

Por meados do século XX, num livro intitulado *A Europa em Formação* (1973 – S. Paulo), usei a designação de Oceano Moreno para identificar a temática que já então parecia exigir resposta.

Nesta data, a necessidade e a urgência são evidentes, e não parece que corresponda às realidades quer advogar a extinção da NATO, quer rodear a relação com Angola de uma semântica que não distingue a qualidade actual do seu Chefe de Estado, do passado ideológico do adepto do socialismo real para os povos da geografia da fome. E sobretudo não parece de ignorar que Portugal, embora enfrentando a difícil equação das capacidades com as exigências, está numa posição geográfica em que é desafiado pela segurança do Atlântico Norte, é desafiado pela segurança do Mediterrâneo, é desafiado segurança do Atlântico Sul. Não é um Estado periférico. Se não for ao encontro dos desafios para ter parte nas soluções, as soluções virão intimadas de longe sem participação.

Julgo de salientar, e por isso volto ao tema, a política exigida pela língua portuguesa.

A discussão sobre a oportunidade e validade do Acordo Ortográfico tem posto em evidência que ninguém é dono da língua, pelo que não haverá nenhum acordo que impeça evoluções desconhecidas. O conceito que tem circulado em algumas das intervenções, e que parece ajustado à natureza das coisas, é o que sustenta que a língua não é apenas nossa, também é nossa.

É por isso que acordos, declarações, tratados, são certamente adjuvantes de uma política que mantenha a identidade essencial, mas nenhum terá força vinculativa suficiente para evitar que as divergências surjam pelas tão diferentes latitudes em que a língua portuguesa foi instrumento da soberania, da evangelização, do comércio.

Existem locais onde os factos tornaram evidente que a língua não resiste à falta de utilidade para os povos que estiverem abrangidos por qualquer daquelas actividades, e por isso o português sofre dessa erosão no longínquo oriente do primeiro império, tem marcas pequenas em Macau, luta com o passado apagador da língua pela ocupação de Timor pelo invasor e também com os interesses da Austrália pela expansão

da língua inglesa, vai enfraquecendo em Goa.

O critério da utilidade para os povos talvez por isso não seja dispensável no discurso dos procedimentos a adoptar para que o essencial seja uma preocupação e empenho constante dos governos que têm a língua portuguesa como língua oficial, cada um sabendo que não é sua, é apenas também sua.

Muito recentemente a ONU deu um sinal importante do interesse, com ligação ao número de países que, tendo assento no plenário da Assembleia Geral, falam português. No mês de Março, segundo foi anunciado, o sítio Web Know – Your Rights 2008.org seria tornado mais acessível a pessoas do mundo inteiro, e para isso utilizando oito línguas. Tais línguas são inglês, francês, italiano, espanhol, alemão, português, holandês e grego. Esta decisão destina-se a apoiar mais de uma dezena de projectos para os quais se pede e espera a intervenção dos parceiros da organização, governos, parlamentos, ONG, e entidades particulares que aderiram em nome e proveito da sociedade civil transnacional em crescimento.

O interesse comum é muito mais dinamizador de iniciativas e práticas do que a obrigatoriedade assumida por tratados cuja debilidade directiva é logo evidenciada pelo método da entrada em vigor. Talvez a maleabilidade das Declarações, que estão a ganhar relevo crescente nas relações internacionais, seja mais indicada para servir de apoio directivo a uma política persistente de identificação e defesa do interesse comum, do que a natureza imperativa dos tratados.

O ensino e a investigação, no espaço europeu em definição política acelerada, estão apoiados em Declarações que presidem ao desenvolvimento de redes cada vez mais sólidas, e não em tratados. Foi esta consideração que inspirou a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em grande parte devido à percepção do Presidente José Sarney, atento às intervenções e discussões dessa matéria. Tinha presente que a responsabilidade pela língua incumbia à Academia Brasileira de Letras, tal como em Portugal incumbe à Academia das Ciências. Mas não faltaram observações de experientes das relações internacionais, e certamente nem todos com a mesma vivência das academias, no sentido de que os novos Estados de língua oficial portuguesa, que também deveram ao brasileiro Embaixador Aparecido de Oliveira a criação da CPLP, não tinham nem a tradição, nem as vocações e recursos que os levassem a adoptar tal modelo. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi criado como centro de encontro entre iguais, para, identificando os interesses comuns, convergirem nas políticas destinadas a servir esses interesses, salvaguardando o instrumento insubstituível que é a língua. Não parece ter acontecido que a inspiração do Instituto Internacional da Língua Portuguesa tenha sido revisitada, mas também não parece que o critério que orientou a sua criação deva ser ignorado.

Finalmente, não pode ignorar-se que a defesa desta janela de liberdades portuguesas, se desenvolve numa conjuntura de debilidade europeia, com o terrorismo global a servir de referência.

O facto de o terrorismo global ter manifestamente em vista os ocidentais, embora escolhendo a demonstração da vulnerabilidade dos EUA e a ofensa à dignidade da proclamada nação indispensável, também animou a convicção de que a sede do poder mundial ainda era ali reconhecida pelo mundo circundante. A resposta mal fundamentada e mal conduzida está a ser acompanhada por uma crise financeira, e por um desgaste do apoio cívico ao esforço militar, que fazem suspeitar de que a fadiga dos metais, uma doença

Não parece de ignorar que Portugal, embora enfrentando a difícil equação das capacidades com as exigências, está numa posição geográfica em que é desafiado pela segurança do Atlântico Norte, é desafiado pela segurança do Mediterrâneo, é desafiado segurança do Atlântico Sul.



dos impérios, mostra os primeiros sintomas alarmantes.

Neste quadro, em que a ameaça terrorista paira em relação a todos os países ocidentais, sem distinção de grandes e pequenos, o espaço europeu, além de estar abrangido pelo perigo da agressão, tem excessivas razões para avaliar a sua debilidade em vista da sua própria circunstância.

Nesta circunstância inscreve-se a erosão da solidariedade atlântica derivada da cisão que se verificou com os apoios escassos à aventura iraquiana, cisão que não reforça a capacidade europeia na área da segurança e defesa, e que é necessário reparar.

Acresce que a polemologia do milénio não conta apenas com o uso da força militar. De facto o globalismo económico destacou a agressão económica como um instrumento estratégico da maior importância e perigosidade. Neste caso, a Europa está numa situação de vulnerabilidade aguda, como subitamente se tornou evidente com a crise dos combustíveis.

A expansão colonial do século XIX foi justificada pelas democracias europeias da frente atlântica, nos respectivos parlamentos, pela necessidade de dominar as fontes de matérias-primas e garantir mercados de produtos acabados. Destruido esse império, a realidade, demonstrada pelas manifestações que desfilam pelas capitais europeias, é que a Europa é um espaço com debilidades, carente de matérias-primas, carente de energia, carente de mão-de-obra, e começa a dar sinais de carência de confiança.

A globalização implica sistemas abertos que sofrem as intervenções cuja origem a lei da reflexividade situa nas antigas dependências coloniais, e os sinais de que a capacidade europeia de reformular e reanimar o sistema está em dificuldades

são eloquentes. A falta actual de lideranças poderosas e confiáveis também não ajuda a inverter a tendência.

Os noticiários parecem mais empenhados em abordar os debates sobre as mudanças dos modelos de comportamento social, ou sobre os vários circos de entretenimento dos tempos livres, incluindo a agenda de tempos livres de líderes políticos, do que os debates cívicos e políticos sobre a relação da Europa com a circunstância que a envolve de maus augúrios e de más notícias. A crise que traz multidões para a rua em protesto pelas dificuldades de vida causadas pela disfunção do sistema económico globalista, que foi instalado com oferecida abonação científica e pouca governança, não é amenizada pelo recurso a semânticas paliativas porque a pobreza crescente, o desemprego, e a fome, incitam ao exercício de direitos naturais pouco condescendentes.

Esses direitos naturais exigem uma sociedade de confiança para que a contenção recíproca, necessária para assegurar a coexistência efectiva de todos, seja um regulador natural. A pouco amiga circunstância externa, exige uma sólida mobilização cívica a que a UNESCO de longe apela, para que a política retome o comando confiável e oriente o rumo para horizontes menos inquietantes.

Por isso, a busca de um projecto de governança confiável não pode ser fixada e dramatizada na rejeição de uma proposta de Tratado, como se apenas houvesse para cada futuro uma visão de método sem alternativa. Também não é o prestígio dos proponentes do método de Lisboa que está em causa: continua a ser o futuro, muito mais difícil de prospectar e harmonizar do que encontrar depois o método apropriado. A CPLP é uma parcela do futuro português visível. ●